

**SISTEMA TERRITORIAL DA MADEIRA ILEGAL NO MUNICÍPIO DE
PARINTINS – AM**

**ILLEGAL WOOD TERRITORIAL SYSTEM IN THE MUNICIPALITY OF
PARINTINS – AM**

**RÉGIMEN TERRITORIAL DE MADERA ILEGAL EN EL MUNICIPIO DE
PARINTINS - AM**

Erick Luiz de Souza Andrade Simas¹ <https://orcid.org/0009-0003-8932-6049>

Estevan Bartoli² <https://orcid.org/0000-0003-1238-3187>

RESUMO

O artigo analisa o Sistema Territorial da Madeira Ilegal no Município de Parintins (AM) a partir da economia popular, cujos objetivos são: i) discutir acerca do território e territorialidades das redes de sujeitos envolvidos no circuito; ii) demonstrar como ocorre a distribuição e absorção da madeira ilegal; iii) analisar as atividades de transportes ligadas à madeira ilegal a partir do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR); iv) elencar características do circuito no espaço intraurbano. A metodologia empregada parte da abordagem territorial, com a finalidade de descrever e analisar a territorialidade dos sujeitos. Os instrumentos de coleta de dados foram as entrevistas não-diretivas, aplicação de formulários, observações em campo e a elaboração de mapas. Como resultado final constatou-se que este sistema ilegal se articula por meio do uso do território e da territorialidade de uma rede de sujeitos que extrai, distribui, absorve e transporta a madeira ilegal, beneficiando os nódulos urbanos da cidade de Parintins.

Palavras-chave: Territorialidade. Madeira ilegal. Rede de sujeitos.

ABSTRACT

The article analyzes the Territorial System of illegal Wood in the Municipality of Parintins (AM) from the popular economy, whose objectives are: i) to discuss about the territory and territoriality of the networks of subjects involved in the circuit; ii) demonstrate how illegal wood is distributed and absorbed; iii) analyze transport activities related to illegal timber from the Urban-River Territorial System (STUR); iv) list characteristics of the circuit in the intra-urban space. The methodology used starts from the territorial approach, with the purpose of describing and analyzing the territoriality of the subjects. The data collection instruments were non-directive interviews, application of forms, field observations and the elaboration of maps. As a final result, it was found that this illegal system is

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – Campus Parintins. E-mail: andradeerick412@gmail.com

² Doutor em Geografia – UNESP. Professor da Universidade do Estado do Amazonas – Campus Parintins. E-mail: ebartoli11@gmail.com

articulated through the use of territory and the territoriality of a network of subjects that extract, distribute, absorb and transport illegal wood, benefiting the urban nodes of the city of Parintins.

Keywords: Territoriality. Illegal wood. Network of subjects.

RESUMEN

El artículo analiza el Sistema Territorial de Madera Ilegal en el Municipio de Parintins (AM) desde la economía popular, cuyos objetivos son: i) discutir sobre el territorio y las territorialidades de las redes de sujetos involucrados en el circuito; ii) demostrar cómo se distribuye y absorbe la madera ilegal; iii) analizar las actividades de transporte relacionadas con la madera ilegal del Sistema Territorial Urbano Fluvial (STUR); iv) enumerar las características del circuito en el espacio intraurbano. La metodología utilizada parte del enfoque territorial, con el propósito de describir y analizar la territorialidad de los sujetos. Los instrumentos de recolección de datos fueron entrevistas no directivas, aplicación de formularios, observaciones de campo y elaboración de mapas. Como resultado final, se constató que este sistema ilegal se articula a través del uso del territorio y la territorialidad de una red de sujetos que extraen, distribuyen, absorben y transportan madera ilegal, beneficiando los nodos urbanos de la ciudad de Parintins.

Palabras clave: Territorialidad. Madera ilegal. Red de sujetos.

INTRODUÇÃO

Este estudo possui como foco principal desenvolver uma discussão sobre relações socioambientais, econômicas e territoriais, constituindo o que denominamos de sistema territorial da madeira ilegal no município de Parintins. Composto por uma rede de sujeitos da economia popular que extrai, distribui, absorve, transporta e comercializa a madeira ilegal, a atividade tem ativado um circuito entre cidade e interiores de Parintins através destas práticas.

É importante frisar, logo no início, que o intuito da pesquisa não é “criminalizar” os sujeitos da economia popular, num contexto onde tanto a cidade como o contexto sub-regional (microrregião de Parintins), tem sido incapazes de gerar empregos e serviços suficientes a todos. A análise pretende contribuir para que a mediação da cidade possa ser potencializada e incluída em formulação de políticas públicas, e o/ou criação de coletivos de governança para que essa importante atividade econômica e cultural seja perpetuada e sustentável. Há enorme invisibilidade da questão urbana quando se fala em preservar / conservar ambientes amazônicos. Ao repetir o termo “ilegal” durante o texto, está implícito que há aumento da demanda pelo mercado urbano que acaba pressionando os estoques madeireiros. Deixa-se claro que a dimensão simbólico-cultural da atividade é de enorme importância para manutenção das

práticas populares, que deve ser amplamente discutida pela sociedade. A madeira é um patrimônio territorial estratégico.

O município de Parintins-AM está localizado a leste do estado do Amazonas, à margem direita do rio Amazonas, a 369.21 km da capital Manaus, segundo o último Censo, o município se caracteriza como o segundo mais populoso do estado, com população de aproximadamente 115.263 habitantes (IBGE, 2022). O município possui uma forte dinâmica territorial em relação a economia popular que abrange a madeira ilegal na sub-região³ (BARTOLI; PINHEIRO, 2022) visto que não há fiscalização para aplicação dos termos da lei aos praticantes das atividades que se tornam ilegais ao comercializarem a madeira que é extraída da floresta sem plano de manejo e certificação.

Como objetivo geral, visa-se compreender de que forma funciona o Sistema Territorial da Madeira Ilegal no município de Parintins-AM com enfoque nas redes de sujeitos da economia popular. Os objetivos específicos são: i) discutir como os conceitos de território e territorialidade para fins de possibilitar uma análise da rede de sujeitos desta pesquisa; ii) demonstrar como a distribuição e absorção da madeira ilegal ocorrem neste sistema; iii) analisar as atividades de transporte ligadas da madeira ilegal vinda de interiores; iv) elencar características do circuito no espaço intraurbano.

A fim de alcançar os objetivos deste estudo, realizou-se uma revisão teórico metodológica tendo como base autores pertencentes à abordagem territorial com a finalidade de descrever e analisar a territorialidade dos sujeitos. Para a realização da coleta de dados, foram utilizados métodos e técnicas das pesquisas tanto de natureza qualitativa como quantitativa, resultando em uma pesquisa de natureza quali-quantitativa. Isto gera a complementação aos argumentos apresentados, usando técnicas de observação e entrevista não-diretiva, tanto quanto a utilização e análise de formulários, figuras e mapas.

Para desenvolver a discussão sobre território e territorialidade da rede de sujeitos da pesquisa que constitui o tópico 1 do trabalho, foi realizada revisão bibliográfica com os principais autores que tratam desses conceitos, relacionando-os a observações em campo que desencadearam em uma melhor compreensão das atividades desempenhadas por esta rede de sujeitos intrínsecas a madeira ilegal.

A demanda por madeira na cidade de Parintins tem crescido por intermédio da proliferação de pontos informais de venda e comercialização, marcantes na paisagem beira-rio. Para se compreender os processos deste sistema (e de tantos outros), faz-se necessário conhecer

³ Por sub-região trataremos dos municípios que compõem o entorno de Parintins: Nhamundá, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Uruará, São Sebastião do Uatumã e Maués.

e descrever primeiramente que as redes de sujeitos são elementos essenciais na composição dos territórios e territorialidades.

Para demonstrar como ocorrem os processos de distribuição e absorção da madeira ilegal no Município de Parintins, foram utilizadas técnicas de observações em campo e entrevistas não-diretivas com 3 sujeitos. Pelo fato desta pesquisa se tratar de uma temática relacionada diretamente a práticas ilegais, as identidades foram suprimidas. Partimos de questionamentos livres acerca de como a madeira é utilizada por cada sujeito entrevistado. Um mapa quantitativo de distribuição da madeira ilegal pelo comércio informal também é apresentado, para demonstrar características da distribuição e absorção da madeira ilegal nos diferentes bairros da cidade.

Para analisar as atividades de transportes, realizou-se diálogo com aspectos sobre o Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) presente nas reflexões de Bartoli (2020; 2021). Demonstra-se que a mediação ocorre por meio dos fluxos das embarcações que são conectoras entre as comunidades interioranas e a cidade (característica do STUR), fortalecendo a movimentação da madeira ilegal no município.

No segundo momento da metodologia, foram utilizadas técnicas de coleta de dados sistematizados com base na aplicação de 24 formulários a donos de embarcações de pequeno e médio porte contendo questões abertas e fechadas acerca das características das embarcações. As atividades desempenhadas no cotidiano desses sujeitos compõem fluxos de produtos regionais das comunidades para a cidade, bem como produtos do capital mercantil da cidade para interiores. Com análise desses dados e geração de um mapa, comprova-se que todas as embarcações pesquisadas promovem o transporte e fluxo de madeira ilegal, demonstrando ainda que algumas ultrapassam os limites do estado do Amazonas, atingindo algumas comunidades do oeste do estado do Pará, município de Juruti. Discute-se ainda sobre os pontos estratégicos de desembarque de madeira ilegal na cidade, estes pontos são fixos referenciais que compõem a dinâmica do circuito.

DISCUSSÃO ACERCA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E DAS REDES DE SUJEITOS LOCAIS

Os aportes teóricos que norteiam a presente pesquisa estão inseridos na abordagem territorial. Com fortes discussões na ciência geográfica, a categoria território tem sido usada e citada em diversas outras áreas da ciência, por isso a necessidade de considerações para nortear nossa reflexão.

Na definição de Raffestin (1993, p. 112) território seria um “resultado de uma ação conduzida de um ator sintagmático (atores que realizam um programa) em qualquer nível, apropriando-o concretamente ou abstratamente”. Trata-se de um clássico sobre sistemas territoriais, cujo autor aponta que o sistema de ações ou de comportamentos se traduz numa produção territorial que faz intervir na tessitura, nó e rede (que constituem o território). Essa produção territorial é organizada hierarquicamente e permite assegurar o controle, integração e a coesão dos territórios, constituindo uma espécie de invólucro no qual se originam as relações de poder. Portanto, no nosso caso empírico, devem ser considerados os nós mediadores do sistema, as tessituras variadas (pelos tipos de territórios que são conectados à cidade, aldeias, comunidades, etc.) e as redes hídricas que a madeira circula.

Saquet e Sposito (2009, p. 81) definem que “o território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido”. Cada sujeito exerce sua relação de poder no território por meio de seus conhecimentos, habilidades e comportamentos diários que formam sua identidade. Complementando esse argumento, Sposito e Silva (2021, p. 183) afirmam que há importância de aspectos simbólicos junto à materialidade dos processos:

O território (...) coloca-se como a base material e simbólica, sobre o qual os grupos constituem sua identidade. O território, portanto, ao ser composto por símbolos e signos, caracteriza-se como a base material e identitária de cada grupo social (SPOSITO e SILVA, 2021, p. 183).

Neste sentido, a madeira ilegal é manipulada por cada sujeito por ações diferentes, e essas ações se configuram parte de suas territorialidades, pois o território expressa identidades e sistemas de significações que estão atreladas às várias destinações que a madeira possui: construção de embarcações, casas populares, móveis simples ou mais sofisticados, entre tantas outras funções sociais. A madeira em seu manejo cultural historicamente perpassou a formação identitária e simbólica na Amazônia: de maneira predatória através de poderosas e destrutivas madeireiras, ou de maneira mais tênue como nos pequenos estaleiros navais que propiciam o navegar, nas construções de palafitas ou de casas e estabelecimentos comerciais locais flutuantes.

Os sujeitos que extraem e distribuem a madeira pré-processada⁴, desempenham uma prática crucial neste contexto, exercendo relações de poder no território a partir de seus conhecimentos tradicionais. Esta prática de extração proporciona melhor viabilidade de acesso a madeira para o mercado popular, fazendo com que estes sujeitos sejam a mão de obra

⁴ Por pré-processada entende-se a madeira já transportada em pranchas, onde a madeira já fora selecionada para não conter trincas ou avarias. As pranchas costumam ter espessura de 15 a 20 centímetros de espessura e média de 3 metros de comprimento. Isso facilita o transporte em embarcações menores.

essencial para desencadear as demais atividades inerentes a madeira ilegal. Práticas para extração de recursos na mata são corriqueiras para populações interioranas. A maneira como são recompostas a partir dos fluxos desses sujeitos para as cidades, compõe canal investigativo interessante para entender a atividade. Para Raffestin (2009), a produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território (RAFFESTIN, 2009).

Em cidades ribeirinhas tem ocorrido a redefinição desses conteúdos e processos (TRINDADE JR. *et al.*, 2008; SILVA; MALHEIRO, 2005), onde cada sistema urbano interage com maior ou menor intensidade com seu meio externo, com graus de abertura em escalas de relações variadas. Assim, as práticas, as temporalidades e modos de vida tradicionais são parcialmente alterados, pois submetidos à constante integração à totalidade das relações globais que o processo urbano está inserido.

A territorialidade dos sujeitos que extraem e distribuem a madeira ilegal, inserida neste contexto, engloba saberes como localizar-se na mata e nos rios, conhecer diversos perigos⁵ e contextos da sazonalidade⁶. Engloba ainda conhecer espécies de árvores ideais para a extração, dominando diversas técnicas de trabalho como motosserras para o pré-processamento da madeira. Essa etapa tem se tornado muito mais árdua, pois as espécies de madeira mais procuradas já estão extintas nas áreas próximas às beiras de rio. Isso infere que a extração ocorra em localidade distantes, com deslocamento das pranchas em carroças rústicas com tração de mulas. Os relatos revelam de que ao deslocar a madeira até as beiras, são necessárias até 20 horas em charretes. Segundo relatos, nunca toda a madeira de grandes árvores consegue ser transportada na extração, o que causa enorme desperdício. Os percursos via carroça são desgastantes para os animais. Transporte de tração mecânica tem ganhado destaque, mas não frequentes nos meios mais populares pelo alto custo.

A territorialidade, neste sentido, aparece como chave de leitura a partir da definição clássica de Raffestin (1993):

(...) um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (...) todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que

⁵ Conforme os relatos obtidos, picada de cobras, acidentes com quedas das árvores ou deslizamento de toras, ataque de insetos (principalmente abelhas e cabas), foram relatos mais citados sobre os perigos da profissão de extração.

⁶ No período de intensa pluviosidade que vai de dezembro a junho as atividades de retirada da madeira se tornam muito penosas e desgastantes devido aos solos encharcados, dificultando o transporte.

procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Há também os sujeitos que praticam a revenda da madeira ilegal, que geralmente compram a madeira encomendada de extrativistas madeireiros e redistribuem sem certificação diretamente nas beiras de rio localizadas em pontos estratégicos de desembarque na cidade de Parintins, descritos no item 3.

Recurso abundante outrora, a madeira faz parte da maioria das mediações da reprodução da vida de ribeirinhos cada vez mais influenciados pelo processo urbano. As técnicas, estilos, escolha das qualidades das espécies e preferências usadas na construção de casas, barcos, palafitas, flutuantes, girais, galpões, cultivos suspensos, etc., são saberes tácitos repassados através da oralidade entre as gerações.

Deste modo, a identidade se constrói por meio das múltiplas relações com as territorialidades que os indivíduos estabelecem diariamente e envolve, necessariamente, a produção de obras materiais e imateriais (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009). Saquet (2009) enfatiza que o sujeito vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder, diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, constituindo o território. Afirma ainda que a territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações.

Outros sujeitos que manipulam a madeira ilegal, absorvem para diferentes fins, desde construção civil e pequenas movelarias cujos sujeitos se beneficiam com a compra desta madeira vendida a baixo preço.

Existem também os sujeitos que trabalham com o transporte da madeira ilegal em Parintins, ressaltando que este transporte pode ser feito por vias hídricas ou vias terrestres. A madeira ilegal primeiramente é transportada das vilas e distritos rurais para a cidade de Parintins por meio de inúmeras embarcações que realizam fluxos diários na sub-região. E em seguida, a madeira passa pela segunda forma de transporte, sendo esta realizada por veículos terrestres pelas ruas da cidade. Esta função também se caracteriza como territorialidade desses sujeitos, pois os mesmos desempenham uma vivência com este produto a partir de seu território, sendo este o rio ou as ruas.

Saquet (2011) afirma ainda que as cidades são compreendidas como espaços privilegiados de produção, circulação, troca, consumo e de reprodução ampliada do capital,

integram diversos setores produtivos, mercantis, financeiros, de serviços, a força de trabalho, atividades de regulação, controle, administração e decisão. Tais aportes nos permitem refletir como as redes locais de sujeitos manipulam a madeira frente a processos de rápidas mudanças em seus modos de vida, subordinando-se às influências do processo urbano (e das frações dominantes que comandam o mercado), redefinindo suas práticas no espaço geográfico ao compor intensa comercialização ilegal, passando assim a ser uma forma de utilização do território.

DISTRIBUIÇÃO E ABSORÇÃO DA MADEIRA ILEGAL NO MUNICÍPIO DE PARINTINS

A madeira, para o ser humano, é um recurso muito valioso e significativo, pois é utilizada em diversas atividades, gerando meios de vida e oferece inúmeras vantagens não só por suas diversas utilidades, mas também quanto à sua durabilidade, fácil acesso, reposição e manutenção. A ilegalidade, neste contexto, surge a partir do momento em que a madeira é retirada da natureza sem controle e planos de manejo ou certificação, ocasionando a escassez de determinadas espécies de árvores nas localidades de terra firme da sub-região.

Esta é uma problemática que nos remete a reflexão acerca da lenta capacidade de auto regeneração da natureza, comparada a velocidade com que a exploração ilegal se alastra na Amazônia, onde as cidades são nódulos mediadores desses circuitos. Araújo Rosa *et al.* (1998, p. 13) afirmam que as espécies madeireiras da Amazônia são conhecidas por suas espécies densas e de lento crescimento. Outras lógicas submetem os usos dos espaços em detrimento de sistemas “tradicionais” (caboclo-ribeirinho, por exemplo) de baixo impacto e alta produção de entropia⁷ (GEORGESCU-ROEGEN, 2012).

Aqui tratamos de sistemas que interligam áreas de entorno à cidade. Assim, as atividades produtivas comandadas pelos nós urbanos, além de processarem matéria, passam a distribuir⁸ impactos, rejeitos, conflitos, etc (ALIER, 2011). Trata-se de desperdício bioecológico em se tratando de cidades que possuem contexto situacional biorregional

⁷ A partir da tese do decrescimento, Georgescu-Roegen (2012) chama atenção para a minimização dos aspectos dissipativos (entrópicos) dos fluxos energéticos e materiais que atravessam o “metabolismo industrial”, dando condições para florescimento de posteriores escolas e correntes interpretativas na ciência, como a ecologia industrial, a ecologia política, economia ecológica, entre outras.

⁸ Alier (2011) desenvolve o termo *distribuição* para descrever a maneira que o recurso será usado (tipo de uso social ou geográfico) e sua distribuição ecológica: como os recursos serão apropriados ou como serão destinados seus resíduos. Atividades que poluem o ambiente e diminuem a fertilidade de solos, como a produção de papel e celulose, não internalizam em seus preços finais os impactos que são intrínsecos à atividade, seja no caso do rio contaminado ou em humanos que absorvem agrotóxico nas aplicações.

privilegiado, propícios a serem potencializados para projetos locais (MAGNAGHI, 2010). São cidades situadas em região equatorial com interação de três sistemas atmosféricos, sujeita à intensa pluviosidade como aponta Molion (1987) e associados à intensa insolação. Isso possibilita rápida produção de biomassa contínua e renovável, abrindo possibilidades de formação de usos sustentáveis de recursos madeireiros.

A Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 da Constituição Federal, criminaliza estas práticas e ampara teoricamente a floresta no artigo 39, onde afirma que cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente, há pena de detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Os artigos 45 e 46 da Lei 9.605 de 1998 incorrem penalidades também às práticas de cortar ou transformar em carvão madeira de lei, bem como receber, adquirir, ter em depósito ou transportar para fins comerciais e industriais, madeira, lenha, carvão e outros recursos naturais sem a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente.

Apesar da criminalização desta prática por lei, a circulação da madeira ilegal em Parintins tem aumentado nos últimos anos, fato corroborado pelo desmonte recente dos órgãos de fiscalização da gestão Federal entre 2019 e 2022. Pela baixa capacidade de gerar empregos ou serviços suficientes para a crescente população urbana, em Parintins os sujeitos praticantes desta modalidade comercializam a qualquer horário do dia. Bartoli (2017) argumenta que se a extração de recursos naturais ligada à demanda urbana ou mercados externos aumenta, a demanda por pessoas dispostas a navegar, praticar extrativismo ou realizar cultivos também cresce.

Durante observações realizadas em campo, entrevistamos um camponês-ribeirinho que classificamos como “entrevistado A”, morador da comunidade São Pancrácio da região do Rio Maturú, localizada a 28 km de distância ao Sul da sede de Parintins. Para a entrevista não diretiva, abordamos o entrevistado em uma das embarcações atracadas na beira da Orla do Bairro União, cuja beira-rio é famosa por receber e comercializar madeira. Tendo algumas peças de madeira dentro de sua embarcação, relatou que trabalha com roçados e extração e a venda de madeira para compradores via encomenda.

Ao ser questionado a respeito de como trabalha com a madeira, o mesmo respondeu:

“Eu moro lá no São Pancrácio, no Maturú, é lá que eu tiro a madeira pra vender aqui na cidade, faço o corte de quase todo tipo de madeira, depende muito do que o cliente vai querer e se tem lá no mato, aí eu tenho esse barquinho aqui que eu uso muito porque não tenho casa aqui na cidade, aí toda vez que eu venho pra cá, eu fico aqui e durmo aqui mesmo no barco até eu entregar a madeira pra voltar pro interior.”

A partir dessas informações, fica evidente que a distribuição e absorção da madeira necessita dos conhecimentos tradicionais dos sujeitos para identificar espécies e circular em áreas de florestas, assim viabilizando a movimentação desta madeira de forma ilegal. Nesse sentido, essa constatação corrobora com as observações feitas em Picoli (2004), sobre a oxigenação da indústria madeireira, que salienta a importância sobre a manutenção de sujeitos que se propunham a atividades hostis e de baixa remuneração para a indústria ilegal da madeira.

O “entrevistado B” é vendedor de madeira que pratica esta atividade em frente a sua residência localizada na beira-rio do bairro União (chamado popularmente de “Orla”), na zona Sul de Parintins.

“Essa aqui é sucupira vermelha, é muito boa, veio lá do Tracajá, essas daqui já são as últimas que a gente tem aqui, o pessoal procura muito, por isso só tem essas aqui, pra tu levar logo, faço até de 16 reais cada peça.”

Diversas outras peças de madeira de lei ficam enfileiradas e empilhadas rentes às calçadas do bairro, com fácil escolha e transporte aos compradores. O preço muito a baixo do mercado é o principal chamariz (figura 01).

Figura 01 - Pilha de madeira em frente à residência do vendedor



Fonte: Erick Simas, 03/2019.

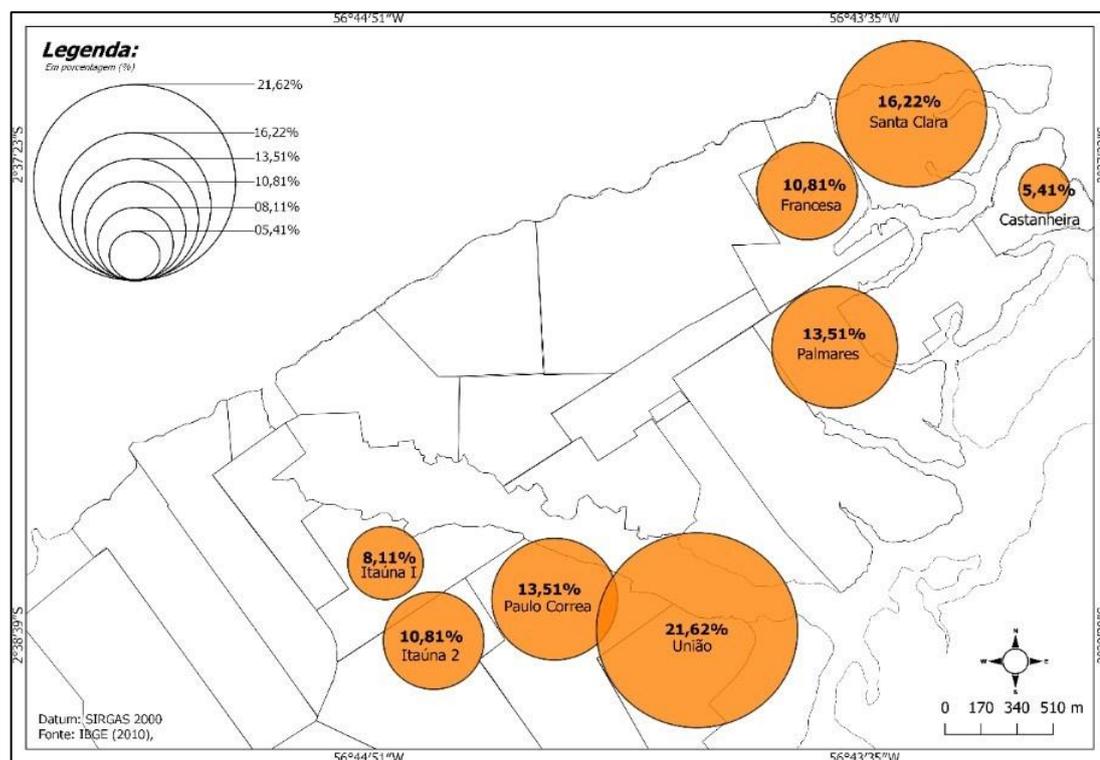
A venda deste produto se tornou essencial para complementar a renda das famílias, cuja comercialização dinamiza a economia local e familiar. Esse aspecto remete a uma questão central: as atividades locais devem estar inclusas em políticas públicas que envolvam a população em uma perspectiva de governança desse circuito. Como afirmamos, é parte da

cultura local trabalhar a madeira, e planos de manejo popular para a continuidade da atividade devem ser urgentemente implementados. Não é possível pensar práticas de conservação ambiental sustentáveis deixando essas densas redes de sujeitos invisíveis às políticas de ordenamento do território.

Através de trabalho de campo em todos os bairros da cidade constatou-se por meio de informações obtidas com moveleiros, carpinteiros e até mesmo os proprietários das residências que comercializam a madeira, que raramente este comércio se caracteriza pelo uso de propagandas ou placas, na maioria das vezes o principal indicador deste comércio são as pilhas de madeira localizadas na frente das casas.

A (figura 2) abaixo quantifica a presença deste tipo de comércio distribuídos na cidade, cujos bairros próximos às beiras do rio facilitam o transporte do produto. O sítio urbano de Parintins é um arquipélago fluvial, que no período das cheias se torna navegável em todo seu perímetro urbano.

Figura 2 - Mapa quantitativo de distribuição da madeira ilegal pelo comércio informal na cidade de Parintins



Fonte: Erick Simas, 2019.

A concentração deste comércio se encontra nas zonas leste e sul da cidade, na zona norte, onde fica o centro, não foram encontradas tais formas de comércio. Fortalece a ideia de que é uma modalidade mais desenvolvida por pessoas de renda baixa, o que denota a

importância da atividade para a formação de trabalho e renda urbana e da urgência de instituir políticas públicas.

A (figura 2) destaca que este tipo de comércio informal está presente nas ruas e bairros que se encontram próximos aos pontos estratégicos de desembarque dessa madeira. O bairro Santa clara possui tradicional presença de carpinteiros navais, que, em seus estaleiros (popularmente chamados de “tilheiros”) também costumam processar madeira para venda (BARTOLI, 2019), ou ter anexo em pequenas movelarias. Assim como os bairros Francesa e Castanheira, são acessados pela entrada da lagoa⁹ da Francesa, que facilita o desembarque. O bairro Palmares é também entrecortado por diversos caudais hídricos, também facilitando acesso nas cheias.

Identificou-se que o bairro onde há maior presença deste tipo de comércio é o União, cuja extensa beira de rio é repleta de flutuantes, denotando forte centralidade. No Polo Industrial Moveleiro de Parintins, existem cerca de 46 movelarias em funcionamento, sendo uma das grandes consumidoras de madeira sem documento de origem. Os donos de movelarias geralmente procuram a madeira com mais frequência nestes locais de comércio informal quando precisam do produto com urgência. Porém, em sua maior parte, a madeira é encomendada diretamente dos interiores.

O “entrevistado C”, proprietário de movelaria, ao ser questionado acerca de como adquire a madeira, relatou que:

“É mais fácil comprar por encomenda direto do madeireiro que mora lá mesmo na comunidade, porque ele só pede uma entrada em dinheiro, o óleo queimado e a gasolina. Depois ele mesmo traz no próprio barco até no porto, ou as vezes de motor de linha.[...]. Os preços da madeira variam né, quando tá cheio o rio, a madeira é mais barata, e quando tá na seca não tem atalho e ele traz pela frente da cidade mesmo.”

Por meio de entrevistas não-diretivas, constata-se que as movelarias do Polo Industrial Moveleiro de Parintins absorvem madeira dessa forma, processando-as e transformando-as em móveis que serão vendidos com preços e documentação formais. Nos relatos dos moveleiros constatou-se que a maioria deles são proprietários de terrenos nos interiores onde a maioria tem consciência de que a ilegalidade os prejudica. Relatam que querem legalizar a atividade, mas esbarram na burocracia, na falta de apoio e nos altos custos cobrados para a realização de planos de manejo.

⁹ Termo popular usado para nomear a localidade, mas que na realidade o corpo hídrico faz parte de um complexo fluvial mais amplo de uma microbacia.

MEIOS DE TRANSPORTE E PRINCIPAIS PONTOS ESTRATÉGICOS DE DESEMBARQUE DA MADEIRA ILEGAL NO MUNICÍPIO DE PARINTINS

Nesta seção busca-se abordar a estrutura referente às atividades de transporte da madeira ilegal no município de Parintins, tanto por vias fluviais como as terrestres. Em seguida, apresenta-se e se discute os principais pontos estratégicos de desembarque da madeira na cidade.

O grande número de embarcações que circulam no município de Parintins, além de garantir o transporte de variados produtos entre interiores e cidade, são elo mediador principal no sistema territorial da madeira ilegal. As embarcações de pequeno e médio porte, servem não somente como objeto de trabalho / meio de transporte, mas lugar onde se tecem fortes relações sociais que se estabelecem por meio das diversas funções que uma embarcação desempenha na relação entre cidade e interior. Estão intrinsecamente ligadas à dinâmica reticular cidade-interiores onde Bartoli (2017) afirma que as embarcações usadas no STUR são conectoras flexíveis da intermediação entre dois “mundos” que se interpenetram e se sobrepõem em determinadas instâncias. Servem para uso familiar, porém, algumas são usadas para transporte de passageiros, produtos regionais e madeira ilegal, servindo também como fonte de renda, e moradia, quando atracadas. Para Bartoli (2017), isso acontece pela falta de moradia de alguns desses sujeitos na cidade, os barcos se tornam casas.

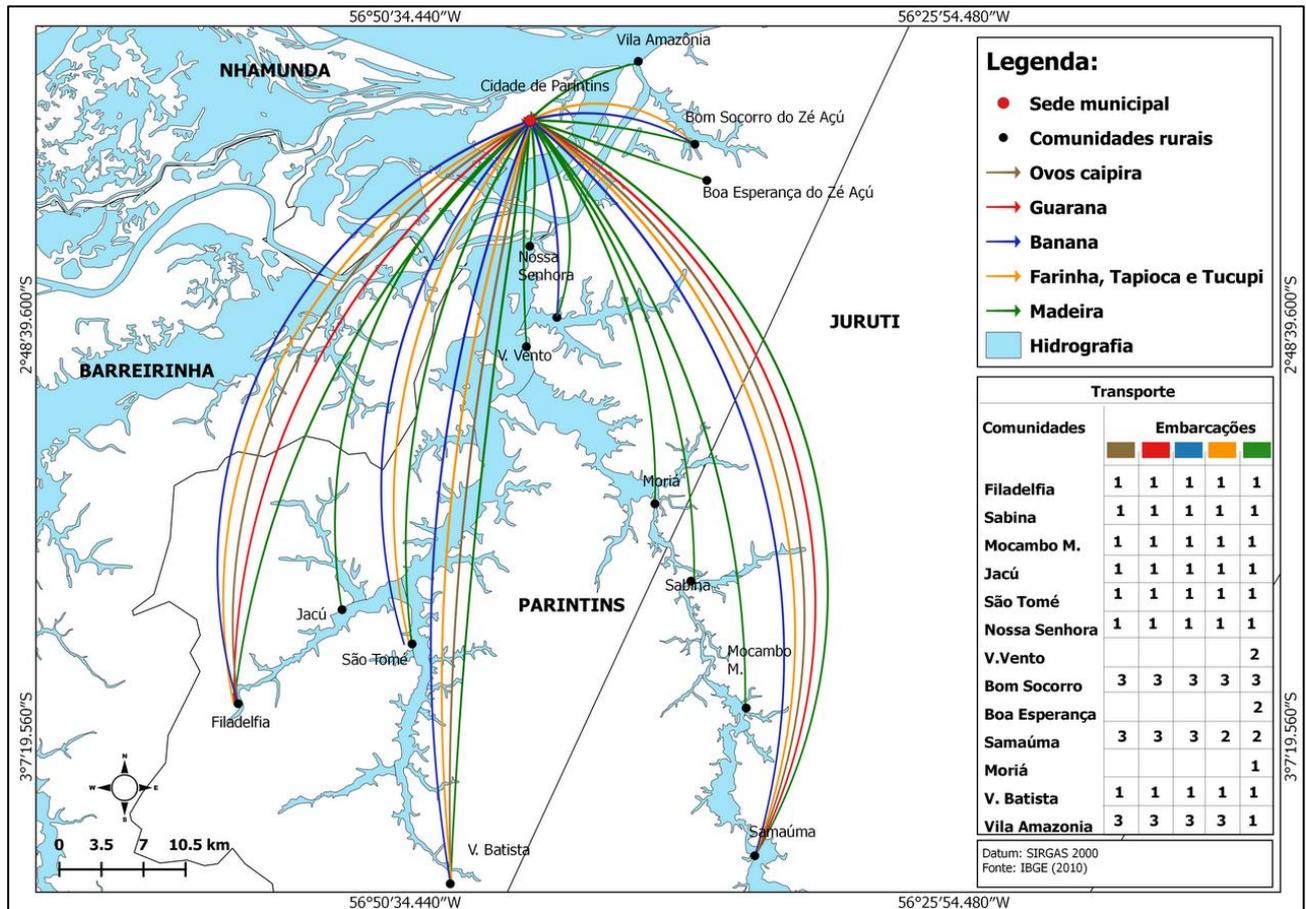
As embarcações de médio porte¹⁰ se caracterizam mais como embarcações de linha, ou seja, transportam principalmente passageiros e produtos dos mais variados tipos. Fazendo rota até comunidades mais longínquas, algumas dessas embarcações navegam além da divisa leste do estado do Amazonas, adentrando a comunidades do estado do Pará, que também estão sob influência da cidade de Parintins. De acordo com Ferreira (2016, p. 48) em todo o Amazonas, a navegação fluvial é a opção mais praticada para o transporte de cargas e passageiros entre as mais longínquas localidades, diferindo em alguns aspectos dependendo da localização geográfica e estrutura.

De modo geral, embarcações de pequeno e médio porte, por meio das diversas funções que atribuem, dinamizam complexas relações econômicas mediadas pelo STUR, fornecendo mecanismos para que o sujeito busque seu sustento por meio deste sistema, seja de forma legal ou ilegal.

¹⁰ Utilizamos a definição de médio porte no STUR apresentada em Bartoli (2017): Barco médio regional multifuncional: é o mais comum pela multifuncionalidade e boa capacidade de carga. Realiza também transporte de pessoas em trajetos longos. Construído em madeira, possui de 10 a 20 metros. Costuma ter mais de um piso nos barcos maiores.

A (figura 3) mostra as funções que as embarcações desempenham no cotidiano dos sujeitos e na formação da rede urbana, cujos fluxos são compostos de uma variedade de produtos oriundos da produção rural e extrativista de comunidades do município de Parintins e Juruti (PA).

Figura 3 - Mapa de fluxo de produtos transportados para a cidade



Fonte: Erick Simas, 2020.

Percebe-se que todas as comunidades conectadas pelas embarcações entrevistadas fornecem madeira para a cidade, fluxo indicado pelas setas verdes. Um dos fluxos presentes devido à forte influência da cultura indígena e valorização do produto, refere-se à produção de guaraná, com presença de indígenas da etnia Sataré-Mawé nos altos cursos dos rios Mamurú (comunidade Samaúma) e Jacú (comunidade Filadélfia). Os derivados de macaxeira são sempre comuns e volumosos, sendo o principal cultivo dos interiores. Banana e ovo caipira também são itens bastante encontrados nas feiras da cidade, compondo a economia popular complementar.

Os fluxos indicados pelas setas confirmam as múltiplas atividades exercidas nas

economias interioranas, que são complementadas ainda por pequenos serviços e afazeres na cidade. Essa multifuncionalidade é umas das características mais marcantes nos estudos do STUR (BARTOLI, 2020; 2022). Observa-se que a madeira está localizada em áreas cada vez mais distantes, como afirmado anteriormente. As comunidades de terra firme, onde as embarcações buscam a madeira, são áreas longínquas e que não oferecem acesso por qualquer tipo de estrada que as interligue com a cidade de Parintins.

Desta maneira, a “fronteira” entre o que se concebe como legalidade e ilegalidade se torna menos precisa e passível de contradições, pois a madeira trazida dos interiores cumpre parcialmente usos socialmente necessários (RIBEIRO, 2013), beneficiando o comércio popular. Na maioria das vezes, quem compra a madeira usa principalmente para construção de cercas, casas, móveis, entre outras utilidades básicas (moradias, embarcações, pequenos comércios, etc), compondo itens culturais arraigados e socialmente necessários. Ao mesmo tempo, outra parcela é destinada a firmas do capital mercantil com destinos diversos.

Para o transporte da madeira, identificou-se que as embarcações são fretadas exclusivamente para esse fim, o que impele outra escala à retirada desse recurso para fins de abastecer o comércio ilegal. As embarcações de pequeno porte, geralmente usadas como transporte de uso familiar, se caracterizam como as mais fretadas para trazer a madeira, justamente pela flexibilidade que exercem pois navegam por atalhos que tornam as viagens mais discretas e curtas, escamoteando sua rota como estratégia para driblar a fiscalização local, lembrando que isso acontece porque na maioria das vezes dentre os produtos transportados, a madeira ilegal está presente.

A tabela da (figura 3) representa o fluxo de produtos regionais trazidos das comunidades para a cidade de Parintins, onde as comunidades Filadelfia, Sabina, Mocambo, Jacú, São Tomé e Nossa Senhora, apenas uma embarcação traz todos os produtos apresentados na legenda do mapa. Já da comunidade do Varre Vento, duas embarcações trazem somente a madeira. Na comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, três embarcações também transportam todos os produtos apresentados na legenda. Na comunidade de Boa Esperança, duas embarcações trazem somente madeira. Na comunidade de Samaúma, três embarcações trazem somente ovos caipira, guaraná e banana, outras duas trazem farinha, tapioca, tucupi e madeira. No Moriá apenas uma embarcação traz somente madeira. Na Vila Batista, apenas uma embarcação traz todos os produtos apresentados na legenda do mapa. Já na Vila Amazônia, três embarcações trazem ovos caipira, guaraná, banana, farinha, tapioca e tucupi, somente uma embarcação traz madeira.

Em relação aos meios de transporte que circulam com a madeira em vias terrestres na

cidade, estes variam, dependendo da quantidade e da capacidade de carga, que a partir disto atribuem o preço para transportar o produto. Triciclos, carroças, caminhonetes e triciclos motorizados, são os principais veículos (figura 4). Encontrados em grande quantidade nas beiras, dinamizam o fluxo deste produto a qualquer hora do dia em vias públicas. Trata-se de mais uma fonte de renda à combalida economia urbana.

Figura 04 - Transporte de madeira em uma via pública da cidade de Parintins



Fonte: Erick Simas, 05/2020.

Na (figura 04), observa-se que estes veículos transportam essa madeira em plena luz do dia, sem a mínima preocupação com fiscalização ou segurança.

Para apresentar os principais pontos estratégicos de desembarque da madeira ilegal, considera-se que a cidade de Parintins, por estar localizada em um arquipélago fluvial repleto de lagos e canais de rios, oferece às redes de sujeitos diversas possibilidades de adaptação de lugares para que as embarcações desembarquem produtos regionais, atraquem e possam escoar a madeira ilegal diariamente para abastecer a cidade. A madeira que chega às beiras de rio da cidade, na maioria das vezes fica empilhada ali mesmo onde as embarcações atracam, estando visíveis aos clientes, que no local, avaliam o produto para a possível compra (figura 05).

Figura 05 - Pilhas de madeira na beira da orla dos bairros União e Francesa

Fonte: Erick Simas, 05/2020.

O acesso aos lugares que aqui elencamos como pontos estratégicos, depende da sazonalidade dos rios da região, havendo assim variações em relação a organização espacial destes pontos, que se sucede não só pela transformação da paisagem, mas também ao modo como os sujeitos se organizam para adaptar novos lugares de atraque, mantendo as relações de trocas através do Sistema Territorial da Madeira Ilegal. Para dialogar acerca desta questão, Ferreira (2016) aponta que os movimentos sazonais dos rios amazônicos formam dois cenários distintos durante o ano, os quais modificam a paisagem, a vivência, o tempo de transporte e a organização das populações locais.

Nos meses da enchente até o início da vazante, há maior facilidade para se navegar nos rios e transportar a madeira ilegal com menos preocupação em relação às fiscalizações, pois os mesmos estão repletos de atalhos, formados pelos furos e lagos que dão acesso mais rápido a beiras de rio que se encontram no fim de ruas, facilitando assim, formas de absorção do produto pelos sujeitos que praticam esta atividade.

Além das beiras mais movimentadas, as chamadas “pontas de rua” maioria de antigos bairros populares de ocupações irregulares, como Palmares, Francesa e Santa Clara, permitem o contato às beiras de rio ao fim de ruas, como mostra a figura 6.

Figura 06 - Beiras em finais de ruas

Fonte: Erick Simas, 05/2021.

O que leva as embarcações a se reunirem nas chamadas “pontas de ruas” com acesso das mesmas diretamente ao rio, é o benefício do fácil e discreto desembarque da madeira, mobilidade para o escoamento pelas vias públicas e também um atraque mais tranquilo comparado a locais com maior movimento.

O Sistema Territorial da Madeira Ilegal identificado no município apresenta diversos mecanismos para o desembarque e venda da madeira em pontos fixos, que possuem centralidades e criam fluxos no território, sendo estes, espaços de possível governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que possibilitam distinguir os territórios do Estado, os públicos e os particulares, constituídos a partir de diferentes relações sociais (FERNANDES, 2008, p. 205).

Como exemplo destes espaços relacionais de fixos presentes principalmente em locais públicos de beiras de rio, enfatiza-se também os flutuantes de atraque de embarcações da beira da orla do bairro União e da beira da rua Maués no bairro de Palmares, que oferecem os mais variados serviços que proporcionam meios para a apropriação do território, como: serviços de atraque, mecânica, comércio de produtos, bares, restaurantes, resguardo de motores, serviço de marina, entre outros. É a mobilização de uma série de objetos em função do circuito espacial da madeira ilegal gerando coesão espacial como parte dos processos espaciais da cidade (CORRÊA, 2005).

Deste modo, por se localizarem perto das ruas que dão acesso aos bairros, estes fixos geram grande fluxo não só de embarcações de pequeno e médio porte, mas também de veículos e pedestres, estabelecendo relações comerciais que criam diversas centralidades na cidade.

A quantidade de resíduos sólidos descartados na água e beiras, o óleo e o esgoto de palafitas e embarcações, assim como os aglomerados palafíticos, são perceptíveis na paisagem compondo impactos ambientais e sociais. Essas centralidades populares são fragmentos da cidade que devem ser incorporados no planejamento, existente apenas como retórica no Plano Diretor Municipal de Parintins. As ações públicas inexistem.

Nos meses da vazante entre julho e setembro, o fluxo de transporte fluvial que traz madeira ilegal à cidade, torna-se mais dificultoso e exposto, pois neste período, os canais hídricos que dão acesso aos variados portos da cidade estão rasos ou secos. Isto faz com que a principal rota de navegação das embarcações mediadoras dessa complexa rede de fluxos seja o próprio rio Amazonas, que corre na parte frontal da cidade. Nesse período as beiras são aglomeradas, abarrotadas de problemas, disputas e conflitos. Os banzeiros provocados por navios causam maior dificuldade para atracar. Tempestades, troncos e rochas também aparecem como elementos de dificuldade na seca. Há maior exposição em relação a

comercialização da madeira em quantidade, facilitando para que ocorram denúncias.

A partir disso, constatou-se que a madeira ilegal chega com menos frequência e com valor mais elevado no auge da vazante, porque o tempo das navegações até as comunidades se torna mais longo por conta do bloqueio natural dos atalhos, e também pelo distanciamento do acesso à madeira nos interiores, que se encontra mais difícil e distante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, identificou-se e apresentou-se uma abordagem analítica referente a dinâmica territorial de extração e comercialização de madeira que articula diferentes redes de sujeitos, reticularidades e lugares do município de Parintins. Tendo em vista que, além do enfraquecimento da fiscalização, não há aporte de aplicação de políticas públicas específicas, para regular as práticas do complexo circuito da madeira (embora existentes). O circuito apresenta precariedade desde a extração com falta de manejo e certificação, até o transporte interiores-cidade e distribuição intraurbana. Quanto à absorção e processamento pelas atividades urbanas pelas movelarias, construção civil e estaleiros navais, impera a rusticidade das mediações técnicas. Há falta de governança em relação ao recurso que ainda os mantém trabalhando, reproduzindo seus saberes quase artesanais. Constata-se uma territorialidade passiva nesse sentido, que põe em risco o uso socialmente necessário da madeira.

Constata-se que os sujeitos exercem influência significativa no ordenamento do território por meio de seus conhecimentos, habilidades e comportamentos diários que formam sua identidade. Neste sentido, a madeira ilegal é manipulada por cada sujeito por etapas que contêm estratégias e ações, configurando encadeamento de territorialidades de forma material e simbólica, expressando identidade local. A demanda urbana tem alterado e subordinando parte das práticas sob influências do processo urbano, redefinindo relações de poder que configuram territórios. Há ausência de mediações de qualidade na gestão da atividade que devem ser alvo urgente de políticas públicas.

A forma com que os nódulos do comércio popular estabelecem demandas, ativam circuito e estratégias que garantem o funcionamento ativo e dinâmico do Sistema Territorial da Madeira Ilegal por intermédio do STUR por meio das embarcações. Os pontos estratégicos de desembarque e distribuição da madeira ilegal são rebatimentos espaciais advindos da demanda crescente desse circuito na cidade, condicionado pela sazonalidade dos rios para estabelecer as diversas relações de apropriação do espaço e suas transformações.

REFERÊNCIAS

ALIER, J. Martinez Alier. **O Ecologismo dos Pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração, São Paulo: Contexto, 2011.

ARAÚJO ROSA, Nelson; MARTINI, Adriana; Uhl, Christopher. **Espécies Madeireiras da Amazônia Potencialmente Ameaçadas**. Belém: Imazon, 1998.

BARTOLI, Estevan. O retorno ao território a partir da cidade: **Sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM)**. Tese (Doutorado em Produção do Espaço Geográfico) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Julio De Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2017.

BARTOLI, Estevan. Tilheiros: carpintaria naval e sistemas territoriais em Parintins-AM. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 51, p. 43-62, 2019a.

BARTOLI, Estevan. Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM). **Revista Espaço e Economia**, v. 20, p. 1, 2020.

BARTOLI, Estevan. **Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos: uma proposta metodológica para análise de cidades de dinâmica fluvial e ribeirinha na Amazônia**. In: CASTRO, Claudio Eduardo de; FILHO, José Sobreiro; SAQUET, Marcos Aurélio; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). *Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais* / Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 231-262.

BARTOLI, Estevan. PINHEIRO, Heitor. **Atlas de Parintins e Microrregião** –Planejamento Territorial e Urbano. Manaus, EDUA, 2022.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. (Lei dos Crimes Ambientais), 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. Expressão Popular. 1. ed. São Paulo, p. 197-215, 2008.

FERREIRA, Márcio Antônio Couto. **Transporte fluvial por embarcações mistas no Amazonas**: uma análise do trecho Manaus-Coari e Manaus-Parintins. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.

GEORGESCU-ROEGEN. **O Decrescimento**: entropia, ecologia e economia. in: GRINAVALD, J. RENS, I. (orgs.). *O Decrescimento: entropia, ecologia e economia*. São Paulo: SENAC, 2012.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progettolocale**. Torino: BollatiBoringhieri, 2010.

MOLION, L. C. B. Climatologia Dinâmica da região Amazônica: mecanismos de precipitação. *Revista Brasileira de Meteorologia*, 2(1): 107-117, 1987.

PICOLI. Fiorelo. **Amazônia - O Silêncio das Árvores**: Uma abordagem sobre a indústria de transformação. Sinop: Fiorelo, 2004.

RAFFESTIN, C. **A produção das estruturas espaciais e sua representação.** In: SAQUET, M. e SPOSITO. Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.
SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, São Paulo. v. 1, n. 31, p. 3-16. 2009.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e Territorialidades: **Teorias, Processos e Conflitos.** 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular. p. 81, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática.** Resgate, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, M. A. MALHEIRO, B. C. P. **A face Ribeirinha da Orla Fluvial de Belém.** In: TRINDADE JR., Saint Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (orgs.). Belém. Belém: EDUFPA, 2005.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Késia Anastácio Alves da. Sujeito na Geografia: Uma proposta para se pensar o espaço por meio de diferentes prismas. **Revista Caminhos da Geografia**, Uberlândia-MG, v. 22, n. 82, p. (173-190), agosto, 2021.

TRINDADE JR. S. C. SILVA, M. A. P. AMARAL, M. D. B. **Das “Janelas” às “Portas” para os Rios:** compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. in: TRINDADE JR. S. C. TAVARES, M. G. Cidades Ribeirinhas na Amazônia. Mudanças e Permanências. Belém: EDUFPA. 2008.

VENTURI, Luis A. **Recurso Natural:** A construção de um conceito. São Paulo: Espaço e Tempo, 2006.

Artigo recebido em: 20 de março de 2023.

Artigo aceito em: 23 de julho de 2023.

Artigo publicado em: 02 de agosto de 2023.